



JUDICIÁRIO

Eduardo Bolsonaro amarga duplo revés

Primeira Turma do STF forma maioria para tornar o deputado réu por atuar para prejudicar economicamente o Brasil e coagir Corte no julgamento da trama golpista. Nos Estados Unidos, governo Trump anuncia redução de tarifas de produtos brasileiros

» LUANA PATRIOLINO

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para tornar o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) réu por coação no curso do processo, ao atuar nos Estados Unidos por sanções contra o Brasil e autoridades nacionais. A decisão do colegiado foi uma das derrotas sofridas pelo parlamentar ontem. A outra ocorreu horas depois, com o anúncio de que o governo americano reduzirá tarifas de alguns produtos brasileiros (**leia reportagem na página 8**). Eduardo alardeou que a sobre-taxa a produtos do país foi resultado do trabalho dele em solo americano.

No STF, os ministros Alexandre de Moraes (relator do caso), Flávio Dino e Cristiano Zanin, integrantes da Primeira Turma, decidiram receber a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) e autorizar a abertura da ação penal na Corte. Até o fechamento desta edição, faltava o voto da ministra Cármen Lúcia.

O julgamento ocorre no plenário virtual e ficará disponível até 25 de novembro, a não ser que ocorra um pedido de vista (mais prazo para análise) ou destaque — que leva o caso para sessão presencial. A próxima etapa processual será dedicada à instrução, que incluirá a apresentação de provas e a coleta de depoimentos, resultando no julgamento de mérito sobre a acusação de coação à Justiça. O crime de coação no curso do processo tem pena prevista de 1 a 4 anos de prisão.

Em março deste ano, Eduardo anunciou que iria se licenciar do mandato parlamentar para morar nos Estados Unidos. O afastamento, segundo enfatizou, seria para “se dedicar integralmente e buscar as devidas sanções aos violadores de direitos humanos” no Brasil.

Segundo a PGR, Eduardo e o blogueiro bolsonarista **Paulo Figueiredo**, neto do ex-presidente João Baptista Figueiredo, atuaram para atrapalhar o andamento do processo da tentativa de golpe de Estado que levou à condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro a 27 anos e 3 meses de prisão. De acordo com o procurador-geral da República, Paulo Gonet, a estratégia envolvia a criação de um clima de insegurança e ameaça,

Lula, Marques/Agência Brasil



Eduardo usou as redes sociais para acusar o relator de usar “política dentro do tribunal” para cercear o avanço da direita nas eleições de 2026

Desmembrada

A denúncia contra Paulo Figueiredo, no entanto, foi desmembrada e será discutida em outro momento pela Primeira Turma, devido à dificuldade de intimar o blogueiro, que mora nos EUA há 10 anos e não possui endereço no Brasil.

com a projeção de represálias estrangeiras contra autoridades brasileiras e o isolamento diplomático do país.

“Apresentaram-se como patrocinadores dessas sanções, como seus articuladores e como as únicas pessoas capazes de desativá-las. Para a interrupção dos danos, objeto das ameaças, cobraram que não houvesse condenação

criminal de Jair Bolsonaro”, apontou o PGR Paulo Gonet.

Eduardo não constituiu advogado para tratar da denúncia. Moraes ordenou que a Defensoria Pública da União (DPU) fizesse a defesa do político. O órgão solicitou a rejeição da denúncia, argumentando que ele não é autor das sanções e que suas manifestações são “exercício legítimo da liberdade de expressão e do mandato parlamentar”.

Para o relator, Alexandre de Moraes, há prova da materialidade e indícios razoáveis e suficientes de autoria nas condutas de Eduardo Bolsonaro. O magistrado destacou que o deputado não ficou somente no plano das ameaças, mas concretizou ataques e fomentou sanções contra autoridades brasileiras. “A grave ameaça materializou-se pela articulação e obtenção de sanções

do governo dos Estados Unidos da América”, afirmou.

No voto, Moraes ressaltou que o deputado “insistiu na estratégia de ameaçar gravemente os ministros do Supremo Tribunal Federal, inclusive alardeando a possível aplicação das sanções aos demais ministros da Primeira Turma”. O objetivo seria beneficiar o pai, Jair Bolsonaro, e conseguir a anistia por meio de pressões internacionais.

“O elemento subjetivo específico — favorecer interesse próprio ou alheio — evidencia-se, em tese, pelo fato de o denunciado pretender criar ambiente de intimidação sobre as autoridades responsáveis pelo julgamento de Jair Bolsonaro, também sobre as autoridades responsáveis por um possível projeto de anistia aos crimes imputados a Jair Bolsonaro e corréus responsáveis pela

tentativa de golpe de Estado ocorrida no Brasil”, escreveu o relator.

Desde que foi para os EUA, Eduardo passou a divulgar uma agenda de reuniões com integrantes do governo Trump. Em julho, o presidente republicano decidiu sobretaxar os produtos brasileiros e acusou a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de “caça às bruxas” contra Jair Bolsonaro. A Casa Branca também cancelou os vistos de ministros do Supremo, incluindo Moraes, e do PGR, Paulo Gonet.

Reação

Em postagem nas redes sociais, Eduardo reagiu à decisão da Primeira Turma. Ele acusou Moraes de querer impedir que a direita tenha maioria no Senado em 2026 e, por isso, votou para torná-lo réu na Corte.



Há relevantes indícios de que as condutas de Eduardo Nantes Bolsonaro tinham como objetivo a criação de um ambiente institucional e social de instabilidade, com aplicação de crescentes sanções a autoridades brasileiras e prejuízos econômicos ao Brasil, como modo de coagir os ministros do Supremo Tribunal Federal a decidir favoravelmente ao réu Jair Messias Bolsonaro, em total desrespeito ao devido processo legal”

Trecho do voto do ministro Alexandre de Moraes, relator do caso

“Como crime de coação exige meio ilícito, e a (Lei) Magnitsky não é ilícita, é meio legal dos Estados Unidos, e um instrumento que esteja sob minha disposição. A Magnitsky, eu não assino, nem tarifa eu assino, quem assina isso é o Trump e o secretariado (dele), notoriamente são crimes que não competem a mim. Eu jamais poderia estar sendo acusado por isso”, sustentou, em vídeo divulgado nas redes sociais.

Eduardo se disse vítima de perseguição política. “Moraes está usando política dentro do tribunal para limar a possibilidade de a direita ter maioria no Senado no ano que vem”, frisou. “Meu pai sequer consegue se expressar nas redes sociais, vítima de uma censura e de perseguição que atinge, também, Braga Netto, Anderson Torres, Silvinei Vasques, Filipe Martins e tantos do 8 de Janeiro, punidos muito além da lei”, acrescentou.

Audiência decidirá destino de Zambelli

» DANANDRA ROCHA

A Justiça italiana definiu para o próximo dia 27 a audiência que deve decidir o futuro da deputada Carla Zambelli (PL-SP). Presa desde que foi localizada em Roma, após fugir do Brasil, ela aguarda na penitenciária feminina de Rebibbia a finalização do processo de extradição solicitado pelo governo brasileiro.

A sessão está marcada para as 13h no horário local — 9h em Brasília. O Ministério Público da Itália já apresentou parecer favorável ao envio de Zambelli de volta ao Brasil. Durante a audiência, o procurador italiano será o primeiro a se pronunciar, seguido pelo representante brasileiro e pela defesa. A deputada também poderá se manifestar. A decisão ficará a cargo dos juízes da Corte, que devem divulgar o resultado nos dias seguintes.

Em documento enviado ao tribunal em outubro, o MP italiano sustentou que todos os critérios previstos no tratado entre os dois países estão atendidos. Entre os quais, que os crimes atribuídos à pessoa sejam puníveis com pena de prisão tanto no Brasil quanto na Itália e que o acusado tenha tido garantidos os direitos básicos de defesa no país de origem.

Enquanto isso, no Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara entrou na reta final da análise do processo que pode levar à cassação do mandato da deputada. Segundo o presidente do colegiado, deputado Paulo Azi (União-BR), a previsão é de que o parecer seja votado até o início de dezembro.

Azi afirmou ao **Correio** que o papel da comissão está bem definido: “A tramitação já está na fase final, devendo ir à votação no final

Renato Araújo/Câmara dos Deputados



de novembro ou início de dezembro. A CCJ não é instância revisora da decisão do Supremo. O que deve ser avaliado é se houve indícios de

perseguição política e se as provas apresentadas foram consistentes.”

O processo se baseia na condenação de Zambelli, pelo Supremo

Tribunal Federal (STF), a 10 anos de prisão e perda do mandato pela invasão aos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Zambelli está presa desde 29 de julho, por ordem da Justiça da Itália, que considerou elevado o risco de fuga

A defesa de Zambelli disse trabalhar com diferentes cenários, caso o processo de extradição avance, embora ainda espere uma decisão favorável à permanência da deputada na Itália. O advogado Fábio Pagnozzi afirmou ao **Correio** que, se a extradição for autorizada, a equipe jurídica tem um plano para ser acionado no Brasil.

Pagnozzi explicou que a prioridade será buscar medidas que reduzam o impacto da condenação no STF: “Caso ocorra, do ponto de vista da defesa, faríamos pedidos de domicílio e entrariamos com incidentes para diminuição da pena”, frisou.

Zambelli está presa desde 29 de julho, por ordem da Justiça da Itália, que considerou elevado o risco de fuga. Ela buscou refúgio no país europeu, após ser condenada pelo STF, por ter cidadania italiana.